

ICMBio

Edição 503 - Ano 11 – 15 de fevereiro de 2019

em foco

Visitação bate novo recorde em 2018

Página 6

Parna do Descobrimento realiza projeto para incentivar turismo

Página 2

Peixes-bois são soltos na APA Costa dos Corais

Página 4

APAs marinhas promovem reuniões com setor pesqueiro

Página 14

Parna do Descobrimento realiza projeto para incentivar o turismo

Nada melhor do que começar o ano recebendo visitantes. Pensando nisso, o Parque Nacional (Parna) do Descobrimento (BA), em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Prado, realiza o Projeto Verão 2019. O programa visa proporcionar aos moradores e turistas que visitam o extremo sul da Bahia durante a alta temporada um conhecimento maior sobre a unidade de conservação (UC), além de descobrir espécies da fauna e flora da Mata Atlântica.

Para participar da iniciativa é necessário preencher um formulário que solicita autorização para visitar a unidade. Inicialmente, é feita uma acolhida com apresentações sobre o Parna, ano de criação, principais atividades desenvolvidas, esforços da gestão atual e orientações práticas sobre visita. Em seguida, todos são acompanhados por brigadistas e servidores, responsáveis pelas explicações técnicas e segurança no local. Os participantes caminham na Trilha da Gameleira e Juerana, observam as árvores centenárias e pássaros, conhecem a Floresta Atlântica do Tabuleiro, a partir do mirante, e finaliza na lagoa "Só Não Vê". O passeio dura em média cinco horas.

Dayse de Souza, analista ambiental do Parna do Descobrimento, explica que a UC não é aberta regularmente para visitas e as atividades ocorrem apenas durante os eventos anuais, para grupos agendados e em projetos como esse. "Estamos trabalhando para estruturar a unidade a fim de garantir atrativos com condução facultativa: segmentos de ecoturismo, avistamento de pássaros, arborismo, etc. Além disso, queremos atuar em parceria com as aldeias Pataxó, da área de sobreposição, para disponibilizarmos visitas que contemplem o segmento do etnoturismo", relata Dayse. Mesmo diante das limitações, em 2018, o parque recebeu cerca de 400 pessoas.

Durante o projeto já foram realizadas uma visita técnica com os servidores da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Prado e a gravação de uma matéria sobre Uso Público na TV Sul Bahia. "Esse programa tem sido muito bom para darmos visibilidade ao parque e às ações desenvolvidas pelo ICMBio. Por meio dele, estamos nos aproximando de atores importantes do trade turístico, bem como da sociedade de maneira geral, que está tendo a possibilidade de conhecer esta importante UC do extremo sul da Bahia", destaca Rafael Rossato, chefe do Parna do Descobrimento.



Iniciativa busca divulgar a unidade para turistas

Arquivo Parna do Descobrimento

ICMBio participa do Fórum Diálogo Amazonas

Na última semana, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade participou da reunião que abriu os trabalhos do Fórum Diálogo Amazonas. O evento entra no seu sétimo ano como um espaço consolidado de discussão e negociação interinstitucional, visando assegurar direitos territoriais e fundiários das comunidades tradicionais residentes nas unidades de conservação (UCs) federais e estaduais do Amazonas.

O fórum, coordenado pelo Ministério Público Federal (com apoio do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB e do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS), envolve a participação de órgãos com interface fundiária e ambiental da esfera federal e do estado do Amazonas, além de representações das comunidades diretamente afetadas. Na pauta das reuniões, realizadas mensalmente, busca-se encontrar caminhos jurídicos, técnicos e administrativos para atendimento às demandas e aos direitos das comunidades tradicionais junto aos seus territórios.

De 2012 pra cá, entre os resultados do evento ressalta-se a regularização fundiária, por meio da emissão de Contrato de Cessão de Direito Real de Uso (CCDRU) em cerca de 2,4 milhões de hectares em unidades de conservação federais, beneficiando mais de 1.500 famílias. Especificamente em 2018, o destaque foi a emissão, durante a plenária anual, realizada em Manaus no mês de dezembro, do primeiro CCDRU conjunto, firmado entre o estado do Amazonas e o ICMBio, referente a áreas (de várzea de rio federal e glebas estaduais) no interior da Reserva Extrativista Rio Unini, e a formalização do fórum por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre todas as instituições envolvidas.

Já na primeira reunião de 2019, o destaque foi a assinatura de um acordo entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Secretaria de Política Fundiária do Amazonas. O objetivo é dar celeridade nos processos de destinação de bens e imóveis da União às comunidades tradicionais localizadas no interior das UCs estaduais.

Para Carla Lessa, coordenadora de Compensação de Reserva Legal e Incorporação de Terras Públicas, "o sucesso do fórum se deve à estratégia de reunir de forma sistemática e amistosa, dentro do espaço do Ministério Público Federal, todos os órgãos envolvidos com a questão fundiária do estado e da União, representantes de ONGs e das próprias comunidades a fim de dar celeridade aos processos de regularização por meio da construção de alternativas inovadoras para as limitações normativas e de infraestrutura de cada órgão. Passados sete anos, a ideia é que essa experiência possa ser replicada em outros estados".



Assinatura do primeiro CCDRU conjunto, da Resex Rio Unini, foi um dos destaques do fórum em 2018

Josângela Jesus

Peixes-bois são soltos na APA Costa dos Corais

Alexandra Costa



Três exemplares de peixes-bois marinhos foram soltos no rio Tatuamunha, em Porto de Pedras, litoral norte de Alagoas, no mês de janeiro. A atividade faz parte das ações do Programa Peixe-boi Marinho, executado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene) e a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, em parceria com as fundações SOS Mata Atlântica e Toyota do Brasil.

Desde 2012, a base do ICMBio em Porto de Pedras é o único local de soltura de peixe-boi em atividade no Brasil. O programa já liberou na natureza 46 peixes-bois, com uma taxa de sucesso de 75% e destaque para a reprodução em vida livre, proporcionando desta forma o incremento populacional no limite sul de ocorrência da espécie no Nordeste. Desta vez, os sortudos foram Luiz Gonzaga, Telinha e Tupã, que possuem históricos bastante diferentes de vida.

A equipe de biólogos e voluntários do ICMBio está se revezando no monitoramento pós-soltura, o que é essencial para avaliar a adaptação dos peixes-bois tanto em relação a busca de itens alimentares disponíveis quanto na socialização com outros animais nativos e reintroduzidos. A reintrodução é uma das estratégias mais importantes para conservação de uma das espécies de mamífero aquático mais ameaçada de extinção do Brasil, o peixe-boi marinho.

LUIZ GONZAGA

Macho jovem com 6 anos e 6 meses de idade, nasceu em cativeiro, filho de Xuxa e com pai desconhecido. Foi transferido do Cepene/Itamaracá em setembro de 2017 e desde então encontrava-se no recinto de aclimação no rio Tatuamunha. Há mais de um mês, ele vinha sendo alimentado apenas com item natural (*Rupia maritima*) e monitorado diariamente para avaliação de seu comportamento alimentar. No início de dezembro de 2018, foi colocado o cinto para adaptação e isolamento dos outros peixes-bois que não seriam soltos. Antes da soltura, o animal encontrava-se com cerca de 400 quilos e 2,91 metros de comprimento. Foi liberado com transmissor satelital e via rádio VHF para monitoramento pós-soltura. Assim, a equipe pode avaliar a adaptação do animal ao ambiente natural.

TELINHA

Encalhou ainda filhote no município de Areia Branca (RN), em outubro de 2007. No dia seguinte, o animal foi transferido para a Base Avançada do Cepene/Itamaracá, onde permaneceu até abril de 2011 quando foi transferida para Porto de Pedras. Após o período de adaptação a condições ambientais no rio Tatuamunha, foi liberada em março de 2012 munida de equipamento de rádio telemetria. Telinha já foi recapturada outras vezes, sempre com problemas clínicos, e é um animal que apresenta comportamento de dependência ao rio, pouco explorando áreas marinhas. Em 2017 apresentou comportamento estranho e foi mais uma vez colocada em observação clínica. Telinha apresentava 275 quilos e 2,50 metros de comprimento e foi solta com equipamento de marcação por rádio VHF.

TUPÃ

O animal encalhou recém-nascido na praia de Sucatinga (CE), em janeiro de 2005, e foi resgatado e transferido para o Cepene/Ita-

maracá no mesmo mês. Permaneceu em reabilitação até a transferência para Porto de Pedras em abril de 2011. Foi reintroduzido em março de 2012, sendo monitorado por telemetria. Há muito tempo a equipe não tinha notícias de Tupã, até que em setembro de 2017 foi avistado no Porto de Suape (PE). Em outubro de 2018, um morador avisou que o animal estava com um ferimento na cabeça. As equipes se mobilizaram e Tupã foi resgatado e transferido para Porto de Pedras já que estava com um profundo corte na cabeça. Desde então o animal vinha recebendo tratamento clínico diário. O ferimento cicatrizou por completo e Tupã ficou pronto para voltar ao seu ambiente natural.

Alexandra Costa



Quel Marchiori



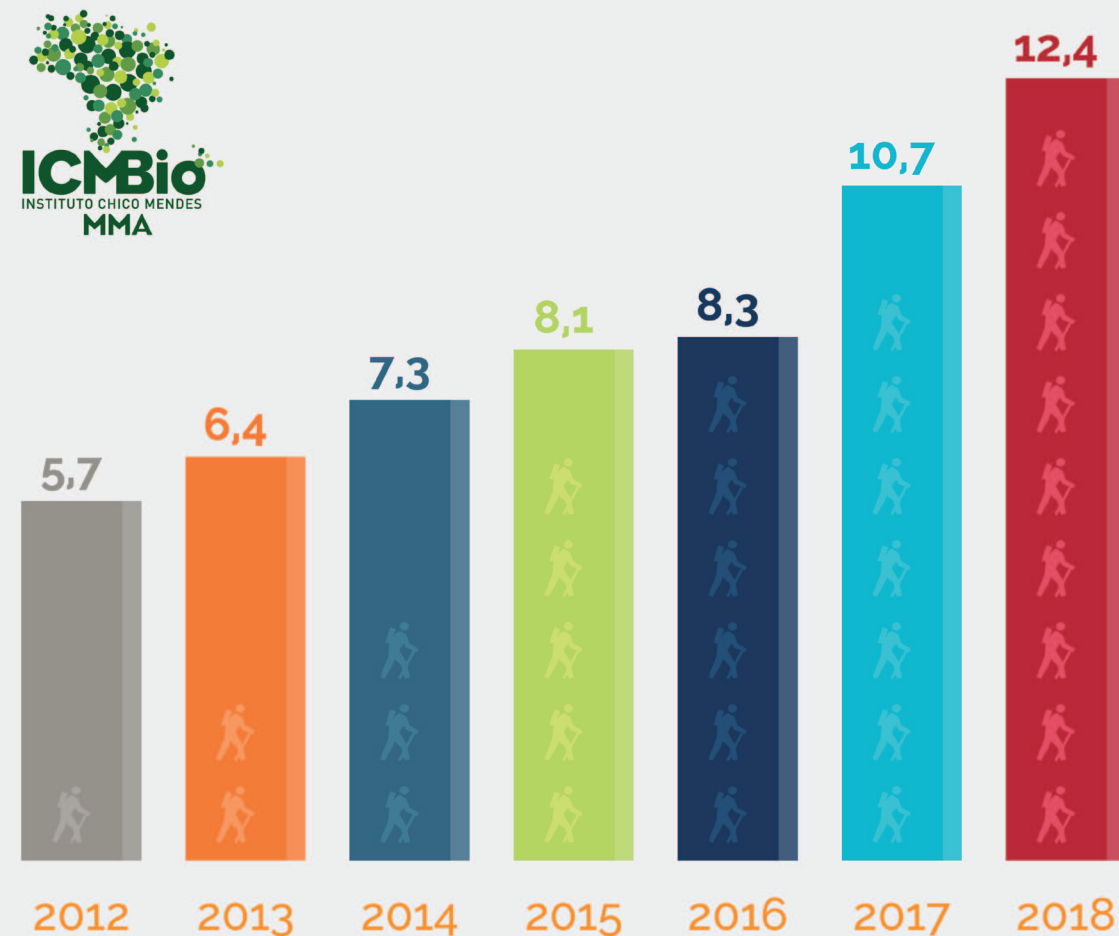
Quel Marchiori



Quel Marchiori

Visitação bate novo recorde em 2018

Visitas em unidades de conservação federais (milhões)



As unidades de conservação (UCs) tiveram um aumento na visitação de 6,15%, em 2018, com um total de 12,4 milhões de visitas. Em 2017, foram 10,7 milhões de visitas.

O campeão da visitação, com 2,6 milhões de visitas, continua sendo o Parque Nacional da Tijuca (RJ). O Parque Nacional do Iguaçu (PR) ficou em segundo lugar, seguido pelo Parque Nacional de Jericoacoara (CE), com 1,89 milhão e 1,09 milhão de visitas, respectivamente.

Além dos parques nacionais, outras categorias de unidade de conservação também receberam um volume maior de visitantes. Entre elas estão a Reserva Extrativista do Arraial do

Cabo (RJ), com 1,15 milhão de visitas e o Monumento Natural do São Francisco (BA/SE/AL), com mais de 658 mil visitas. Os parques, no entanto, continuam sendo a categoria mais visitada, concentrando 71% da visitação.

Para o presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, o aumento das visitas é decorrente do maior interesse das pessoas pelo meio ambiente e por experiências na natureza, mas o trabalho de estruturação das unidades faz toda diferença.

Para ele, a expectativa é de contínuo crescimento da visitação. "Houve um forte trabalho de estruturação das unidades de conservação, com capacitação das equipes técnicas, diversi-

ficação das oportunidades de recreação e melhora na infraestrutura, sempre considerando os aspectos de conservação do meio ambiente e o bem-estar do visitante. Esse aumento da visitação é muito bom. Ao conhecer uma unidade de conservação, a pessoa passa a valorizar a natureza e o trabalho de conservação que é realizado ali. Ela se torna uma aliada da conservação. Mas é importante oferecer boas condições para essa visita", diz Eberhard.

O presidente do ICMBio também acrescentou: "Vamos colher nos próximos anos resultados importantes decorrentes do processo de concessão de serviços de uso público, com a realização de parcerias com a iniciativa privada para estruturação da visitação. Por exemplo, acabamos de assinar a concessão do Parque Nacional de Itatiaia, onde serão investidos cerca de R\$ 17 milhões".

Para Paulo Faria, coordenador de Estruturação da Visitação e Ecoturismo, outra ação de destaque foi o trabalho intenso desenvolvido para melhorar a sinalização e o manejo das trilhas, proporcionando a prática de uma grande variedade de atividades nas unidades de conservação, como caminhadas, cicloturismo, observação de aves e atividades educativas e aquáticas, apenas para citar as mais populares. Um exemplo é a Floresta Nacional de Brasília (DF), que ganhou uma rede de trilhas com diversas quilometragens, variando entre 6 e 36 km, desenhadas para diferentes públicos.

De acordo com um estudo realizado pelo ICMBio, em 2017, os visitantes gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios do entorno das unidades de conservação. Com isso, foram gerados cerca de 80 mil empregos diretos, R\$ 2,2 bilhões em renda, outros R\$ 3,1 bilhões em

Unidades de Conservação mais visitadas em 2018



Parques Nacionais mais visitados em 2018



valor agregado ao PIB e mais R\$ 8,6 bilhões em vendas. Os resultados mostram que a cada R\$ 1 real investido, R\$ 7 retornam para a economia. O instituto divulgará os resultados econômicos da visitação de 2018 no próximo mês.

METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO

As diretrizes e os procedimentos para monitoramento da visitação das unidades de conservação são definidos pela Instrução Normativa nº 5/2018. Para fins de comparação, o indicador utilizado é o número de visitas, isto é, a quantidade de acessos ou pernoites dos visitantes nas UCs.

Enquanto em algumas unidades a aferição é feita diretamente, considerando, por exemplo, o número de ingressos emitidos, em outras são realizadas estimativas por amostragem ou obtenção de dados de forma indireta, como o número de desembarques em

aeroportos ou o número de leitos ocupados na rede hoteleira local.

A cada ano, um maior número de unidades passa a promover a visitação e/ou a contabilizar as visitas, auxiliando na geração de informações sobre a relevância socioeconômica das UCs e subsidiando importantes decisões de manejo para melhorar os serviços oferecidos para a sociedade. Por isso, a Coordenação de Planejamento e Estruturação da Visitação e Ecoturismo (Coest) reforça a necessidade de as unidades enviarem os dados de visitação, conforme estabelecido na IN nº 5/2018, para que essas informações continuem sendo aprimoradas.

A diferença da visitação entre 2017 e 2018 é de mais de 15%, mas, para chegar ao aumento real de visitação de 6,15%, foram excluídas da análise as unidades que passaram a contabilizar a visitação neste ano ou que tiveram grande mudança nos métodos de estimativa da visitação.

Serra do Cipó celebra acordo com populações tradicionais

O Instituto Chico Mendes assinou recentemente um Termo de Compromisso com representantes de moradores tradicionais que já viviam no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), na região conhecida como Retiro ou Vale do Bocaina, bem antes de sua criação. O objetivo do acordo é estabelecer condições de uso e manejo das áreas e recursos naturais pelo morador.

As dez famílias contempladas no acordo foram indicadas pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a mediação do Ministério Público Federal, a partir de estudos antropológicos feitos durante anos na região. As pesquisas demonstraram que estas famílias mantiveram seus vínculos com a região mesmo após a criação da unidade de conservação (UC).

Com a assinatura do termo de compromisso, as famílias podem dar continuidade às atividades de cultivo da terra, como agricultura de subsistência e criação de animais, conforme normas previstas no acordo. A definição das normas e condições para a moradia e usos da terra ocorreu em um processo participativo que envolveu moradores, servidores do ICMBio e membros do Conselho Consultivo do parque. A celebração do Termo de Compromisso irá facilitar a construção de uma relação mais harmo-

sa entre a gestão da unidade e os moradores, mas não resolve as discussões sobre valores de indenizações e da propriedade das áreas, que permanecem no âmbito da justiça.

HISTÓRIA E CULTURA

A celebração do termo de compromisso fortalece a implementação da Zona Histórico-Cultural prevista no plano de manejo da unidade. A presença dos moradores tradicionais, seus costumes e modos de vida trazem uma dimensão cultural que enriquece a experiência e traz conhecimentos para os que visitam a região.

Moradias e áreas de uso estão inseridas nessa zona de manejo que tem como objetivo preservar e restaurar as construções históricas e sítios arqueológicos existentes na área da UC; propiciar a visitação controlada ao patrimônio histórico e cultural do parque; e estimular a realização de pesquisas históricas e arqueológicas sobre as construções históricas existentes na área da unidade.



Ronaldo Matos

Morador tradicional do Parna da Serra do Cipó

Campos Amazônicos recebe pesquisa sobre Manejo Integrado do Fogo

Jairo Laurentino



Entre os dias 16 e 30 de janeiro, estiveram no Parque Nacional dos Campos Amazônicos (RO/MT/AM) pesquisadores vinculados às universidades Estadual Paulista (Unesp/Rio Claro) e Federal de Rondônia (Unir). Acompanhados de gestores e brigadistas da unidade de conservação (UC), o grupo realizou atividades relacionadas a um projeto de pesquisa sobre Manejo Integrado do Fogo.

A expedição, que contou com 13 colaboradores envolvidos diretamente nas atividades, teve como objetivo testar metodologias em campo e iniciar levantamentos e registros relativos ao projeto. O estudo tem como finalidade monitorar o comportamento do fogo e as respostas da vegetação em queimas experimentais realizadas sobre ambientes de Cerrado da Amazônia (savana amazônica) mediante o uso de sensoriamento remoto e aquisição de dados in situ. Nesses experimentos, serão contrastadas queimas

ocorridas durante o período de seca precoce (simulação de queima prescrita habitual) com queimas durante o período de seca modal/tardio (simulação de incêndio).

O projeto está sendo coordenado por Daniel Borini Alves, pós-doutorando na Unesp, que desenvolve estudos no parque ligados ao tema fogo desde 2016, e pelo professor Antonio Laffayette, que coordena o Herbário da Unir. Ambos supervisionam as ações envolvendo sensoriamento remoto e botânica, respectivamente.

Outras questões que buscam ser entendidas melhor com o avançar do projeto são as diferenças de intensidade e de acúmulo de material combustível fino observadas em queimas realizadas em distintos períodos (queimas precoces x queimas modais/tardias); respostas da vegetação a distintos regimes de queima experimental em contraste

com o comportamento observado em áreas não queimadas; e como atua a severidade do fogo nos efeitos imediatos e prolongados sobre a vegetação.

Foram selecionadas duas áreas da UC. Em cada uma delas estão instaladas 15 parcelas de 1 ha (100x100m), posicionadas de forma a coincidirem com a grade de pixels dos satélites Sentinel II (25 pixels de 20x20m) e Landsat (9 pixels de 30x30m). Isso irá possibilitar análises via sensoriamento remoto específicas em cada parcela. Elas serão submetidas a tratamentos distintos de fogo em período precoce e modal/tardio com recorrência bi e tri anual, além de parcelas de controle que não serão queimadas.

Dentro de cada uma das parcelas foi instalada uma parcela de 40x40m para monitoramento dos efeitos ecológicos das queimas, onde foram inventariados todos os indivíduos arbóreos durante a expedição. Também foram posicionadas 8 parcelas de 1x1m para monitoramento de herbáceas dentro de cada parcela de 40x40m e os levantamentos iniciais já foram feitos durante a expedição. Existe ainda a previsão de instalar na próxima expedição parcelas de 5x5m para monitoramento de outras espécies lenhosas (arbustos e arvoretas).

Dentro do monitoramento previsto nas parcelas de distintos tratamentos aplicados (queima precoce, queima modal/tardia ou sem queima), se buscará caracterizar as espécies que ali predominam em função da passagem de fogo de maior ou menor intensidade. Para garantir a identificação da flora local e contribuir na identificação de espécies com maior/menor sensibilidade à passagem do fogo, estão sendo realizadas coletas de amostras pela equipe de botânica ligada ao projeto e vinculados ao Departamento de Biologia da Unir.

Ainda em relação ao monitoramento, cada uma das 30 parcelas selecionadas contará com coletas de biomassa aérea a nível superficial (gramíneas, graminóides, folhas e ramos, vivos ou mortos) para quantificação do material combustível verificado nos momentos pré e pós fogo. Essas coletas se

procederão em pequenos quadrantes de 50x50 cm e passarão por pesagem e secagem.

Na expedição, foi realizado o registro fotográfico de cada uma das parcelas de 100x100m e 40x40m a partir de uma visão geral de cada área e fotografias com visada na vertical das parcelas de 1x1m (herbáceas) para registro e análises comparativas futuras. Periodicamente serão realizadas novas fotografias de cada ponto para acompanhamento do histórico.

As primeiras queimas estão previstas para maio, momento em que teremos coleta e registro de dados ambientais e do comportamento do fogo nas parcelas, como velocidade e direção predominante do vento, temperatura ambiente, umidade relativa do ar, número de dias sem chuva, altura das chamas e velocidade de propagação. Também ocorrerá a coleta de material combustível nos momentos pré e pós-fogo para quantificação de biomassa.

“Com esse estudo envolvendo o monitoramento sistemático de queimas experimentais em condições controladas, esperamos obter informações que possibilitem realizar ajustes cada vez mais refinados ao planejamento das ações de Manejo Integrado do Fogo não só para o Parque Nacional dos Campos Amazônicos como também para outras UCs que tenham interface com o tema fogo em ambientes de savana”, afirmou Bruno Cambraia, chefe do parque.



Coleta de material combustível

Ueslei Araújo

Resíduos são retirados do Parna dos Lençóis Maranhenses



Mais de 22 mil quilos de resíduos foram retirados da unidade

Um serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos foi realizado no entorno de poços na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. A ação foi realizada pela empresa Petrobras.

Antes da criação da unidade de conservação, nas décadas de 1960 e 1970, foram realizadas pela Petrobras, na área do parque e entorno, atividades de levantamento sísmico e de perfuração de poços para extração de gás natural. A empresa foi notificada e prontamente se mobilizou para retirar o passivo ambiental deixado pela atividade, que até hoje causam danos ambientais.

Nesta primeira fase do trabalho, durante um mês, foram retirados resíduos como vidro, plástico, sucata metálica, fragmentos de concreto e lixo comum que estavam descobertos pelas dunas em um raio de 200 m de oito poços. Um total de 22.360 kg, sendo 8.450 kg

de recicláveis e 13.910 kg de não recicláveis, foram destinados para a Central de Gerenciamento Ambiental, localizada na zona industrial de Rosário no Maranhão.

No entanto, ainda há trabalho a ser feito. A ação inicial de intervenção nas áreas dos poços antigos possibilitou a atualização de mapeamentos anteriores das áreas e a análise das reais condições de operacionalização das atividades, visto as características específicas da região, para planejamento das atividades futuras.

“A ação é importante para a gestão do parque, uma vez que os resíduos abandonados pela Petrobras promovem poluição de áreas sensíveis da unidade de conservação e podem afetar a fauna e flora. A presença de escombros e materiais plásticos prejudica também a experiência do visitante”, afirmou Yuri Amaral, chefe substituto do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

CMA acompanha peixe-boi amazônico Vitor

Veterinárias do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) e do Centro de Estudos e Monitoramento Ambiental (Ceman/UERN) estiveram neste mês, no Amapá, para uma nova visita ao peixe-boi Vitor. O animal encontra-se no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama em Macapá (AP).

Vitor encalhou no Amapá em setembro de 2013 e foi levado para o Cetas. Em junho de 2018, as veterinárias do CMA e do Cemam foram ao local para avaliar o estado de saúde do peixe-boi e verificar uma nova área para instalação do cativeiro de aclimação para soltura.

Os técnicos envolvidos já haviam cogitado a soltura no local de encalhe, mas a área não permitia segurança para a atividade devido à área de influência da pororoca, que poderia comprometer a estrutura do cativeiro e a integridade física de Vitor. Após reuniões entre as equipes do CMA, Cetas e Parque Nacional do Cabo Orange, foi escolhida uma nova localidade para soltura do animal e implantação do primeiro cativeiro de aclimação na aldeia indígena Açaizal, no município de Oiapoque.

Em 2018, foi coletado sangue, realizada biometria e marcação para identificação do animal e implantado microchip. O peixe-boi apresentou estado corporal bom e resultados dos exames sanguíneos (hemograma completo e bioquímica) dentro da normalidade. No entanto, os soros foram guardados no freezer do Cetas para realização de análises sorológicas posteriores (exames anti-Leptospira, anti-Toxoplasma e anti-Brucella).

No exame realizado por meio de sorologia, ele apresentou resultado positivo para Leptospira. “Isso não quer dizer que ele esteja com leptospirose, mas que possivelmente é portador da bactéria por estar ou ter tido contato com ela durante a vida. Caso conhecêssemos a saúde dos peixes-bois da região, não teríamos grandes riscos na soltura, além daqueles

já existentes naturalmente. Mas, neste caso, a legislação brasileira não permite a soltura”, explicou a veterinária do CMA.

Por esse motivo, Vitor precisa fazer exames sequenciais por até três meses, motivo pelo qual as veterinárias estão monitorando a saúde do animal. “Os resultados sairão em cerca de 15 dias. Caso sejam negativos, ele poderá ser translocado para o cativeiro de aclimação e, posteriormente, solto na área da aldeia indígena”, afirmou a veterinária do CMA.



Coleta de dados do peixe-boi Vitor

APAs discutem pesca com setor produtivo

Acervo ICMBio



Representantes da indústria pesqueira de Natal (RN) e Itajaí (SC) participaram, na última semana, de reuniões com a equipe gestora das áreas de proteção ambiental (APAs) do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Os encontros dão continuidade à estratégia de gestão das duas unidades de conservação (UCs).

O objetivo das reuniões foi abrir um canal de diálogo com o setor produtivo que faz uso direto dos recursos pesqueiros das APAs. Na oportunidade, também foram reforçadas as regras que permeiam a atividade nessas UCs.

No Rio Grande do Norte, o encontro retomou o diálogo sobre o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira no estado. A gestão das UCs destacou a necessidade de haver, antes das ações de fiscalização, a divulgação de informações sobre as leis, decretos e demais normas que regulamentam a atividade. Servidores da Reserva Biológica do Atol das Rocas também participaram da reunião. Em Itajaí, foi reforçada a importância do diálogo e transparência entre o ICMBio e o setor produtivo. A equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (Cepsul) também esteve presente.



Durante os encontros, os representantes da indústria pesqueira solicitaram a manutenção do diálogo, a transparência na gestão e que o setor seja ouvido na construção dos instrumentos de gestão das UCs. Foram feitos questionamentos sobre os limites dos monumentos naturais que ficam no interior das duas APAs e foi explicado que o limite foi resultado da discussão que culminou na criação das UCs.

Rossana Santana, chefe das APAs, explica que as unidades de conservação dos dois arquipélagos, em função de suas peculiaridades, como dimensão, distância e uso dos recursos, trouxeram um novo desafio de gestão para o ICMBio. “O que entendo que só será superado se a gestão das UCs envolver os diferentes atores que atuam na área. E um dos principais é o setor produtivo da indústria pesqueira. Por isso a importância das reuniões, para trazer o setor para dialogar sobre as unidades”, explicou.

Encontros com o setor pesqueiro também já foram realizados no Espírito Santo, que junto com Rio Grande do Norte e Santa Catarina, segundo dados de monitoramento do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), são os três grandes polos da indústria pesqueira que fazem uso das APAs. No processo de formação dos conselhos das UCs será avaliada a necessidade de realização de novas reuniões com o setor pesqueiro.

Operação conjunta fiscaliza Parna do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu (PR) realizou, no dia 7 de fevereiro, uma operação de fiscalização na unidade de conservação (UC). A ação contou com a participação do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado do Exército Brasileiro.

O objetivo foi realizar o reconhecimento de áreas de difícil acesso e o monitoramento de trilhas e acessos clandestinos, relacionados com ações criminosas na região, como caça e extração/corte ilegal de palmito. O grupo percorreu 10 quilômetros, sendo três deles na margem do rio Iguaçu e o restante no interior da unidade.

Esta foi a terceira ação conjunta realizada com o Batalhão de Militares de Área do Brasil nos últimos dois anos. O grupo é administrado pela 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada de Cascavel. A localização do parque em uma

área de fronteira torna imprescindível as atuações em conjunto com as Forças Armadas e outras instituições ligadas à segurança.

Este cenário acrescenta, ainda, aos objetivos assegurar a presença institucional e a proteção e prevenção contra o uso indevido dos recursos naturais da unidade de conservação. Outras ações ocorrerão ao longo do ano, com apoio de instituições parceiras, como as polícias Federal e Rodoviária Federal e Marinha do Brasil, além das atividades de rotina desenvolvidas em parceria com a Polícia Militar, por meio da 5ª Companhia Ambiental Força Verde.

“Espera-se com isto, contribuir com a presença do estado no Parque Nacional do Iguaçu e áreas adjacentes, salvaguardando nossa fauna e flora”, afirmou Patricia Kidricki Iwamoto, analista ambiental da UC.



André Melo

Iniciativa promove conservação do ambiente marinho

Formar uma rede global de áreas marinhas protegidas efetivas com o intuito de preservar a biodiversidade marinha a longo prazo. Esse é o objetivo do Sistema Global de Refúgios Marinhos (Global Ocean Refuge System ou Glores, na sigla em inglês), uma estratégia desenvolvida pela ONG Marine Conservation Institute.

O objetivo da iniciativa é aprimorar a qualidade das áreas marinhas protegidas e acelerar a sua implementação. O projeto incentiva a implantação de áreas marinhas protegidas por meio de uma premiação daquelas que incorporam conhecimento científico nas suas ações de manejo. As unidades de conservação que tiverem interesse já podem se inscrever até o final de março para concorrer à premiação e consequente certificação emitida pela ONG. A análise das candidaturas é feita por um Con-

selho Científico composto por um grupo internacional e interdisciplinar de cientistas com experiência em áreas marinhas protegidas.

Para Rafael Magris, analista ambiental do ICMBio, “esta é uma oportunidade ímpar, pois trata-se de uma iniciativa que dá suporte aos esforços de conservação no mundo todo, complementando o suporte de atores locais que trabalham para implementar as UCs marinhas e às políticas e aos acordos internacionais de conservação”.

Gestores interessados em participar podem obter mais informações com o Rafael, que irá participar do Conselho Científico da premiação, pelo e-mail rafael.magris@icmbio.gov.br ou telefone (61) 2028-9032. Outras informações em globaloceanrefuge.org.



Nasce mais uma trilha de longo curso: a Transfloripa

Mais de 50 pessoas participaram, na última semana, de uma oficina de sinalização de trilhas no Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis (SC). A capacitação contou com a participação de representantes do ICMBio e foi organizada em uma parceria entre Instituto Çarakura, Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e o órgão ambiental de Florianópolis (Floram).

Pedro da Cunha e Menezes, então coordenador-geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), e Paulo Faria, coordenador de Estruturação da Visitação e Ecoturismo (Coest), proferiram palestras sobre a Rede Brasileira de Trilhas e as técnicas de sinalização, tendo por referência básica o Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio.

A prática do curso consistiu na sinalização, com as pegadas amarelas e pretas, dos primeiros quilômetros da Transfloripa. A trilha de longo curso regional, que terá aproximadamente 100 quilômetros, vai conectar várias unidades de conservação na ilha de Santa Catarina. Além de funcionar como um conector

de paisagens, o percurso também está sendo planejado como mais uma opção que ajudará a manter aquecida a demanda turística na cidade mesmo nos meses de inverno.

A Transfloripa junta-se às centenas de quilômetros já implementados na Trilha Transcarioca, no Caminho das Araucárias, no Caminho de Mambucaba, no Caminho da Serra do Mar, nos Caminhos do Caparaó, na Trilha Transmantiqueira, nas rotas do Parque Nacional de São Joaquim, na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca e no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na Rota Darwin e na Rota Guarumã. “Juntas, as trilhas darão vida à maior rota pedestre do Brasil. Graças ao esforço de muitos, a Trilha Oiapoque x Chuí vai começando a virar realidade”, comemorou Pedro.

Participaram da oficina servidores das três esferas de governo e de parceiros. Representantes da Estação Ecológica de Carijós, do Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e das áreas de proteção ambiental (APAs) da Baleia Franca e Anhatomirim também estiveram na oficina.



Parque Nacional do Descobrimento (BA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanan Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Carlos Monteiro

Colaboradoraram nesta edição

Alexandra Costa – APA Costa dos Corais; Bruno Contursi Cambraia – Parna dos Campos Amazônicos; Carla Lessa – CGTER; Danúbia Melo – Parna dos Lençóis Maranhenses; Edward Elias Junior – Parna da Serra do Cipó; Matheus Lopes Soares – CMA; Patricia Kidricki Iwamoto – Parna do Iguaçu; Pedro da Cunha e Menezes; Rafael Magris – Cocuc; Rossana Santana – NGI Trindade e Martim Vaz/ São Pedro e São Paulo; Verônica Ferron – CR11.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL